

Gestão democrática: da luta histórica à consolidação

A gestão democrática nas escolas públicas do DF, com eleições diretas para diretor e vice e Conselhos Escolares com a participação partidária dos segmentos (professores, funcionários, pais e alunos) representa uma luta de mais de uma década dos trabalhadores em educação. Presupõe também uma ruptura com práticas autoritárias e clientelistas, além de resgatar o princípio de que a escola é pública e não estatal, portanto a sua gestão deve se dar com a participação da sociedade, através dos representantes da comunidade escolar legitimamente eleitos, e não através de indicações dos governantes.

A Lei da Gestão Democrática teve uma participação decisiva dos professores e funcionários de escola, o que evidencia o compromisso dos trabalhadores não só com a luta por melhores condições de salários e trabalho, mas também com a construção de uma escola pública de qualidade.

Consideramos um grande salto de qualidade ter no DF a gestão democrática prevista em lei, pois a participação dos segmentos da comunidade escolar, elaborando, propondo, deliberando, sendo sujeito do processo pedagógico representa um avanço na democratização da Escola Pública e na construção da cidadania.

A democratização da Escola é um processo difícil, onde nos deparamos com muitas contradições, mas que é absolutamente fundamental para uma educação de qualidade.

Apesar de termos a gestão democrática prevista em lei, ainda falta mui-

to para que a democracia na escola se concretize como prática cotidiana. Isto conseguiremos com a maior participa-

ção dos segmentos no processo, ou seja, com pais, alunos, professores e funcionários discutindo efetivamente as ações para que o conselho Escolar se consolide com órgão máximo de liberação na escola. É importante ressaltar também que a eleição dos Conselhos Escolares representa a partilha do poder e a descentralização das decisões. Na escola, este processo deve efetivamente ser consolidado para que apaguemos definitivamente o autoritarismo, muito presente ao longo de vários anos.

Por outro lado, é necessário também que o governo supere algumas

práticas que não contribuem para a democratização, a exemplo da tentativa de ingerência nos Conselhos Escolares, na última greve da categoria, com o objetivo claro de jogar a comunidade escolar contra os professores, que lutavam legitimamente pelos seus direitos e reivindicações.

Consideramos também da maior importância a eleição direta para diretores de regionais de ensino, sendo esta uma reivindicação antiga da categoria, e um passo fundamental para a gestão democrática.

As próximas eleições, que ocorrerão em novembro, devem ser um momento de reflexão e debates, buscando cada vez mais consolidar a questão democrática como uma prática cotidiana, aprofundando a democratização da Escola Pública e avançando na construção da cidadania.

Rejane Pitanga é diretora de Imprensa do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro)

JOSÉ ROBERTO SEABRA

Gestão democrática com qualidade

Para que serve a gestão democrática do sistema público de ensino? Afinal, a escolha de diretores e dos conselhos escolares pelo voto direto de professores, servidores, pais e alunos traz algum benefício imediato para a educação pública? E mais: no caso específico do Distrito Federal, que caminha para a sua segunda eleição nas escolas, realizada pelo Governo Democrático e Popular, a gestão democrática vem, de fato, trazendo mais qualidade e participação para dentro das escolas?

Estas são algumas das perguntas que devemos nos fazer hoje, quando se aproxima a data para o novo pleito, marcado para acontecer em fins de outubro e início de novembro, e que deverá mobilizar milhares de trabalhadores da educação, estudantes e pessoas da comunidade em cerca de 530 escolas no DF.

Em primeiro lugar poderíamos dizer que a gestão democrática serve para muita coisas, inclusive para melhorar a qualidade do ensino em sala de aula. Serve para acabar com o apadrinhamento político na escolha de diretores e vices. Serve para ampliar a participação dos pais na vida da escola e,

consequentemente, na vida dos filhos. Serve para aumentar a integração dos vários setores que compõem o sistema educacional, tornando cada estabelecimento de ensino um espaço para a prática democrática e o exercício da cidadania. Serve, finalmente, para dividir entre Estado e sociedade as responsabilidades na condução do sistema público de ensino, conforme determina a Constituição Federal.

Em segundo, não acredito que a gestão democrática tenha o dom de, por si só, melhorar de imediato a qualidade do ensino em nossas escolas públicas. Em alguns casos, ela pode até piorar, caso a participação popular seja suplantada por disputas políticas menores. Entretanto, é regra geral, e não apenas para Brasília, como também para outros estados do País que já adotaram o sistema, que a gestão de-

mocrática torna o ensino um assunto mais importante para a comunidade que depende dos serviços públicos de uma escola.

Ou seja, a eleição dos dirigentes educacionais aumenta o interesse do pai ou da mãe pelo funcionamento daquele prédio público, situado em geral próximo à sua casa, e que abriga centenas,

às vezes milhares de crianças e jovens, e que é responsável pelo futuro de cada um destes alunos. Esta preocupação significa uma mudança de mentalidade, que pode repercutir no dia-a-dia da escola.

Mas é preciso notar que gestão democrática não é apenas eleger diretores e conse-

lhos escolares pelo voto. O Governo Democrático e Popular, através da Secretaria de Educação e da Fundação Educacional, vem realizando um esforço sério no sentido de melhorar ainda mais a qualidade do ensino público, se-

ja equipando as escolas com laboratórios de informática, seja reformando e construindo novas salas de aula, ou investindo em programas de combate à evasão e à repetência escolar, tais como Bolsa Escola e Poupança Escola, Escola Candanga e Turmas de Reintegração, entre outros. O sucesso de todos estes programas depende, em boa medida, da participação e da fiscalização da comunidade escolar.

Finalmente, é importante dizer que a gestão democrática é apenas uma das quatro diretrizes básicas do programa educacional do Governo Democrático e Popular. As outras são: universalização do ensino, qualidade na educação e valorização dos trabalhadores. A implantação de um dos eixos do nosso projeto político-pedagógico não pode significar a anulação ou o esquecimento de um outro princípio, seja o de garantir a qualidade em sala de aula, seja o de permitir que toda criança tenha acesso ao ensino público e gratuito.

Gestão democrática sim, mas com toda criança na escola, e escolas de qualidade para todas.

José Roberto Seabra é assessor especial da Secretaria de Educação

EURIDES BRITO DA SILVA

Como selecionar o diretor da escola

Embora existam posições divergentes sobre a melhor forma de se escolher o diretor das escolas de educação básica (pré-escola, fundamental e médio), num ponto quase todos parecem estar de acordo: é um cargo muito importante no sistema educacional e, por isso, deve ser preenchido por profissionais qualificados e altamente comprometidos com o sucesso dos alunos na aprendizagem. Daí vem a questão: como selecionar profissionais com tais qualificações?

Numa visão comparada do que ocorre no Brasil e em outros países, vamos encontrar basicamente três formas distintas de como selecionar diretores: concursos públicos para a função; análise dos currículos vitae dos pretendentes com entrevistas individuais ou nomeações diretas pelos governantes, com base em critérios previamente estabelecidos. Pessoalmente, tive a oportunidade de discutir este assunto com autoridades dos Ministérios de Educação de alguns países. E, nos Estados Unidos, na cidade de San Diego, na Califórnia, pude assistir, como convidada, de uma escola, há algum tempo atrás, parte de um processo seletivo. Os pais tinham grande influência na seleção dos candida-

tos. Os países desenvolvidos valorizam muito a experiência docente do candidato à direção. Em outras palavras, não há como alguém chegar a diretor de escola sem comprovar que tem uma bem sucedida experiência em sala de aula.

No Brasil, a partir de meados da década de oitenta começaram as primeiras experiências de seleção de diretores através da eleição direta. A primeira foi no Paraná. Talvez por ser novidade, em muitos lugares a campanha imitava, em tudo, a dos candidatos ao Poder Executivo ou Legislativo, incluindo promessas que jamais poderiam ser cumpridas e até mesmo as conhecidas famações. Passada a eleição, a escola não era mais a mesma, pois permaneciam as divisões e mágoas entre os eleitores dos diversos candidatos ao cargo. O Estado

de São Paulo, contudo, nunca abandonou o processo de seleção através de concurso público. Lá, ainda hoje, diretor de escola é cargo de carreira. E nem por isso podemos dizer que é menos democrático.

Passados os primeiros anos da adoção da eleição direta, temos evidências de que o processo vem sendo aperfeiçoado nos estados e municípios que o adotaram, de forma a se valorizar o saber pedagógico do candidato (comprovado através de prova escrita), a experiência vivida em sala de aula, bem como a aceitação do nome pela comunidade interna e externa, expressa através

do voto. Em alguns estados, os três nomes mais votados são encaminhados à autoridade do Poder Executivo, que nomeará um dos três.

No Distrito Federal, há que se procurar fórmulas de aperfeiçoamento do

modelo adotado, o qual não vem aferindo o saber pedagógico do candidato.

Em 1993, fizemos as primeiras eleições diretas para os Conselhos Escolares, que tinham a missão de ajudar o diretor, então nomeado pelo governo por indicação dos diretores das regionais de ensino. O objetivo era ter administrando a escola, lado a lado, os delegados da democracia representativa (diretores nomeados) com os representantes da democracia participativa (os conselheiros eleitos). No período em que prevaleceu o modelo, temos indicativos de que a experiência foi bem sucedida. Hoje, alguns diretores escolhidos pelo governo passado, ocupam altos postos na atual administração.

O certo é que não existe um modelo ideal. O que deve existir em qualquer um deles, é a garantia da participação da comunidade na administração de sua escola. E que o diretor, possa, por sua experiência e capacidade, ser respeitado por todos e, principalmente, comprometido com a qualidade do ensino.

Eurides Brito da Silva é professora e ex-secretária de Educação do Distrito Federal.